



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000477918

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2089134-09.2020.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante C. V. R., é agravada F. N. DE O. C..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ ANTONIO COSTA (Presidente), MIGUEL BRANDI E LUIS MARIO GALBETTI.

São Paulo, 29 de junho de 2020.

LUIZ ANTONIO COSTA

Relator

Assinatura Eletrônica

Voto nº 20/42189

Agravo de Instrumento nº 2089134-09.2020.8.26.0000

Comarca: São Paulo

Agravante: C. V. R.

Agravado: F. N. de O. C.

Agravo de Instrumento – Família – Direito de convivência – Decisão agravada atribuiu guarda à genitora Agravada e deu poucos dias de convivência ao genitor Agravante – Solução provisória – Ausência de prejuízo irreparável – Incabível retirada do filho durante pandemia de covid-19 – Perigo de dano grave – Recomendações do Conanda – Recurso improvido.

Agravo de Instrumento, com pedido de tutela de urgência, interposto contra decisão copiada a fls. 13/4 proferida nos autos do proc. 1012080-72.2020.8.26.0100.

As partes separaram-se e vinham mantendo informalmente regime de guarda alternada do filho comum, nascido em 11.05.2017. Dada a hostilidade entre as partes, a genitora Agravada propôs ação, com pedido de tutela de urgência, buscando regulamentar a guarda e regime de visita, de acordo com o qual o filho passaria a residir com a genitora, o pai Agravado poderia retirar o filho em finais de semana e quintas-feiras alternados, e as férias escolares, divididas igualmente, dentre outros.

Na decisão agravada (fls. 13/4), o d. Juiz decidiu nos seguintes termos:

“Por ora, não vislumbro nos autos elementos que justifiquem a fixação da guarda unilateral da criança à genitora, pois não restou demonstrado que o pai seja pessoa inapta ao exercício

da guarda. Ademais, o regime de guarda deve ser estabelecido após oitiva da parte contrária. “Entretanto, considerando a idade da criança, o regime de visitas amplo ao genitor sugerido pela autora, bem como, a manifestação do Ministério Público, ressaltando não haver previsão legal para o regime de guarda alternada, defiro parcialmente a tutela de urgência antecipada para fixar a residência do infante junto à da genitora e fixar como regime provisório de visitas o proposto à inicial”.

Em suas razões, o genitor Agravante requer o restabelecimento do regime de convivência anterior (guarda alternada semanalmente), alegando que (1) o d. Juiz da 12ª VFS prolator da r. decisão agravada não é competente para o caso, vez que houve ações anteriores sobre as mesmas questões distribuídas à 4ª VFS; (2) o regime de visitação é injusto, pois garante período muito maior de convivência à genitora do que ao genitor; (3) mesmo com a antecipação das férias escolares de julho para abril, a genitora não permitiu que o genitor retirasse a criança por 15 dias seguidos, como previsto no regime sugerido pela própria genitora.

Liminarmente, a tutela de urgência foi indeferida (fls. 72/4).

Recurso respondido (fls. 82/92).

A d. Procuradoria manifestou-se pelo não provimento do Recurso (fls. 104/8).

Em consulta aos autos principais, não se verificou retratação nem fato que imponha a perda superveniente do interesse recursal.

É o Relatório.

Recurso tempestivo (Agravante citado em 10.03.2020, cf. fls. 79 dos autos principais, e interposição em 07.05.2020). Preparo pago (fls. 70).

Quanto à alegação de incompetência, sequer analisada pelo d. Juiz “a quo”, descabendo conhecê-la.

Quanto à “injustiça” do regime de convivência (“São 4 dias para o pai e 26 dias para a mãe!”, fls. 09), a despeito da desproporção, garante-se minimamente a convivência do genitor com seu filho, descabendo falar em perigo de dano grave. Além disso, trata-se apenas de solução *provisória*, que poderá ser modificada ao final, após se sopesar as possibilidades e interesse de ambos genitores.

Enfim, quanto à retirada do filho pelo genitor Agravante durante as férias antecipadas, dada a pandemia de covid-19 e o risco à saúde da criança, razoável que ela tenha seus contatos restringidos e permaneça com a genitora até normalização da situação. Contudo, a Agravada deverá garantir que o Agravante tenha contato via telefone ou videochamada com seu filho. Nesse sentido a recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda:

“18. Que crianças e adolescentes filhos de casais com guarda compartilhada ou unilateral não tenham sua saúde e a saúde da coletividade submetidas a risco em decorrência do cumprimento de visitas ou período de convivência previstos no acordo estabelecido entre seus pais ou definido judicialmente. Para tanto, devem ser observadas as seguintes orientações: “a. As visitas e os períodos de convivência devem, preferencialmente, ser substituídos por meios de comunicação telefônica ou on-line, permitindo que a convivência seja mantida;

“b. O responsável que permanece com a criança deve manter o outro informado com regularidade e não impedir a comunicação entre a criança ou adolescente com o outro responsável;

“c. Em casos que se opte pela permissão de visitas ou períodos de convivência, responsáveis que tenham voltado de viagem ou sido expostos à situações de risco de contágio devem respeitar o período de isolamento de 15 dias antes que o contato com a criança ou o adolescente seja realizado;

“d. O deslocamento da criança ou do adolescente deve ser evitado”.(Disponível em<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf>.)

A limitação provisória do direito de convivência do genitor Agravante poderá ser levada em consideração pelo d. Juiz “a quo” para

efeitos de eventual compensação, assegurando-se ao genitor mais tempo de convivência durante algum período de férias do menor.

Isso posto, pelo meu voto, nego provimento ao Agravo de Instrumento, por entender que o direito de convivência do genitor Agravante deve ser exercido virtualmente durante a pandemia de covid-19.

Destarte, voto pelo **não provimento do Recurso**.

Luiz Antonio Costa
Relator